



**Projeto de Lei nº 034/2024**  
**Origem: Poder Executivo**

**EMENTA. ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR. REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA LOA 2024. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE.**

### **RELATÓRIO**

Esta Assessoria Jurídica passa a emitir parecer jurídico, de ofício, ao Projeto de Lei nº 034/2024, protocolado na casa legislativa, visando abrir Crédito Suplementar até o montante de R\$ 630.191,25 (seiscentos e trinta mil, cento e noventa e um reais e vinte e cinco centavos) para reforço das seguintes dotações orçamentárias insuficientes na Lei Orçamentária Anual de 2024 (Lei Municipal nº 1.850, de 21/11/2023), a ser utilizado no início da construção de um novo Posto de Saúde na localidade de Murta, na aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os Postos de Saúde e na aquisição de um veículo, tipo mini van, para transporte de pacientes e equipes de saúde.

### **ANÁLISE JURÍDICA**

Os exames desta Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores de Passa Sete se dão com fulcro nas atribuições do cargo contidas na Lei Municipal nº 881/2009. Nesse contexto, subtraí-se da análise questões que importem considerações de ordem política, técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal da competência da assessoria jurídica como função de consultoria aos senhores Vereadores e às Comissões legislativas.

Outrossim, importante consignar que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos, analisando os questionamentos apresentados exclusivamente sob o aspecto legal/jurídico. Como função consultiva, à Assessora jurídica cabe analisar a legalidade dos procedimentos adotados pela Casa legislativa e dos Projetos de Lei encaminhados ao Poder Legislativo, ou dele emanados mas, de modo algum, implica em deliberações, as quais competem exclusivamente aos vereadores. Também é de se deixar claro que o posicionamento a ser exposto no presente parecer não exclui a previsível existência de entendimentos divergentes a respeito do tema em consulta.

Pois bem.

A Constituição Federal repatriou as competências entre os entes federados, determinando que “compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local” (art. 32, I, CF/88). Verifica-se, assim, que a iniciativa legislativa de projetos de lei que versem sobre a



abertura de tais suplementos orçamentários é exclusiva do Senhor Prefeito Municipal. Correta, portanto, a iniciativa.

De acordo com a justificativa do Exmo. Prefeito,

Segundo informação da Secretaria Municipal de Saúde, se faz necessária a suplementação de dotações orçamentárias do presente exercício de 2024 voltadas a execução de diversas ações ligadas a área da saúde, dentre as quais: (i) o início da construção de um novo Posto de Saúde na localidade de Murta; (ii) aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os Postos de Saúde; e (iii) aquisição de um veículo, tipo mini van, para transporte de pacientes e equipes de saúde.

E como o art. 12, I, da Lei Municipal nº 1.850/2023 (LOA 2024), limita em 20% a abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo por meio de Decreto, excluídas as exceções previstas no art. 13 da mesma lei, optou-se, então, por submeter a apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, evitando-se, assim, a redução da margem que dispomos para suplementação por Decreto ao longo do restante do corrente exercício. Do contrário, haverão recursos financeiros, mas não dotações orçamentárias suficientes para empenho e liquidação das despesas referentes às metas e ações propostas pela Secretaria de Saúde.

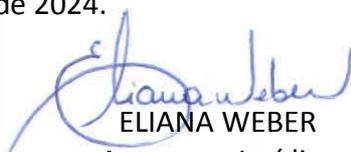
Servirão de recursos para cobertura do crédito a que se refere esta Lei as seguintes fontes: superávit financeiro, no montante de R\$ 9.848,06 (nove mil, oitocentos e quarenta e oito mil reais e seis centavos), verificado ao final do exercício de 2023, Fonte: 27554002 – Alienação de Bens Adquiridos com Recursos da Saúde – Superávit; superávit financeiro, no montante de R\$ 137.250,00 (cento e trinta e sete mil e duzentos e cinquenta reais), verificado ao final do exercício de 2023, Fonte: 26594505 – Outros Recursos Vinculados à Saúde – Alienação vínculo 4505 – Superávit; superávit financeiro, no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), verificado ao final do exercício de 2023, Fonte: 26214090 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual – Programa Saúde para Todos – Superávit; superávit financeiro, no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), verificado ao final do exercício de 2023, Fonte: 25000001 – Recursos não Vinculados de Impostos – Superávit Livres e excesso de arrecadação, no montante de R\$ 3.093,19 (três mil e noventa e três reais e dezenove centavos), verificado no presente exercício de 2024, Fonte: 07554002 – Alienação de Bens Adquiridos com Recursos da Saúde.

Considerando que cabe a esta Assessoria Jurídica tão somente a análise da legalidade do Projeto, deixa de emitir parecer sobre o mérito, que deverá ser analisado pelos senhores vereadores, quando da análise do Projeto de Lei.

Formalmente adequado o projeto de lei, segue o modesto parecer, sem embargo de outro em sentido diverso, para com os quais fica registrado o devido respeito.

Contudo, à Vossa consideração.

Passa Sete, 19 de abril de 2024.

  
ELIANA WEBER  
Assessora Jurídica  
OAB/RS 60.217